

EDITORIAL

O agronegócio é, individualmente, o setor mais relevante da economia brasileira, sendo responsável por cerca de 30% do PIB, 36% da pauta de exportações e 37% dos empregos. Em vista disso, não é exagero afirmar que o Brasil tem vocação agrícola, e que, mais de um terço da riqueza produzida anualmente está apoiada em uma só atividade: a agricultura/pecuária. Desse modo, não é difícil justificar, também, a importância dos estudos nessa área do conhecimento.

Nesse contexto, as pesquisas em Ciências Agrárias, aí incluída a Fruticultura, merecem destaque, especialmente num País com as características do Brasil. As Ciências Agrárias reúnem o maior contingente de cursos de Pós-Graduação e desempenham papel fundamental na geração do conhecimento científico, em prol da soberania da nação. Essa condição está clara desde há muito tempo, visto a enorme participação de todos os interessados em Congressos e Eventos na área de Fruticultura. Mais que isso, em uma rápida avaliação constata-se, também, que muitas das pesquisas desenvolvidas para a elaboração de dissertações e teses são publicadas na Revista Brasileira de Fruticultura.

Alguns aspectos, porém, devem ser levantados e merecem consideração, a fim de valorizar a área de Ciências Agrárias e, particularmente, aqueles ligados à Fruticultura. As pesquisas nesse setor, diferentemente do que ocorre em muitas áreas da Ciência são desenvolvidas, normalmente, em condições de campo, exigindo muita mão-de-obra e recursos financeiros, além de demandar tempo para consolidar resultados, devido à perenidade das plantas frutíferas. Esses requisitos têm, muitas vezes, afastado alunos com excelente potencial, devido às dificuldades no desenvolvimento de pesquisas com qualidade e com resultados conclusivos, visto que, independentemente do curso, o mestrado deve ser finalizado em dois anos e o doutorado em três. Efeitos de tratamentos nos pomares, consequências de manejos ou alterações no modelo de condução das

fruteiras nem sempre são evidentes em períodos curtos de tempo, com o objetivo de contemplar uma dissertação ou tese, desestimulando os pós-graduandos na área. São exemplos disso as pesquisas realizadas empregando-se diferentes tipos de solos, ou com aplicação de resíduos ou subprodutos, ou, ainda, experimentações envolvendo calagem e adubação. Em todas essas situações, o tempo de experimentação é fator essencial para produzir resultados consistentes. Além disso, em nenhuma outra área do conhecimento as pesquisas são tão afetadas por variáveis incontroláveis, como as climáticas, o que também contribui para dificultar as pesquisas em condições de campo.

Outro aspecto a ser considerando é que, no final, após vários anos de um árduo trabalho de campo, envolvendo muitos recursos humanos e financeiros, tem-se a conclusão do projeto e a publicação de um único artigo científico, que tem o mesmo “peso ou valor” que aqueles publicados em outras áreas da Ciência (sem qualquer demérito para elas). Desse modo, estamos avaliando desiguais, como iguais.

Conforme destacado anteriormente, a vocação do País e a atual expansão do complexo agro-industrial brasileiro impõem à área de pesquisa em Ciências Agrárias a responsabilidade pela formação de recursos humanos qualificados e necessários para o desenvolvimento tecnológico e social do Brasil. Nas últimas décadas, essa área do conhecimento desenvolveu-se aceleradamente no País, alcançando patamares de eficácia semelhantes aos constatados em países desenvolvidos. Nos dias de hoje, o Brasil é referência mundial em ciência e agrotecnologia em várias cadeias produtivas. Esta posição de destaque só foi possível, a partir da criação de competência em pesquisa científica em Ciências Agrárias. Apesar de evidente, a contribuição da pesquisa em Fruticultura não é facilmente mensurável por indicadores convencionais, como os aplicados a outros campos do conhecimento.

Além dos aspectos acima apontados, uma grande preocupação, não apenas na área de Fruticultura, mas, certamente em todo campo das Ciências Agrárias, diz respeito à classificação das Revistas pelo Qualis, o conceito atribuído pela CAPES. O agravante da questão é que todos os envolvidos na Ciência têm

conhecimento de que as Revistas em que normalmente são publicados os artigos produzidos na área de Agrárias apresentam, por motivos bem conhecidos, baixo impacto, e isto, associado a outras razões, provoca um fosso colossal entre diferentes campos do conhecimento.

A edição anterior do Qualis considerava, em especial, o fator de impacto da Revista. Assim, na área de Ciências Agrárias, aí incluída a *Revista Brasileira de Fruticultura*, pouquíssimos periódicos publicados no Brasil tinham fator de impacto suficiente para ser considerado nível A, ou seja, internacional. Desse modo, a questão que se levanta é: será que a Ciência que estamos fazendo é de qualidade tão ruim que nenhuma das nossas Revistas pode ser considerada de excelência? Esse fato leva à reflexão: se a Agricultura no Brasil, incluída aí a Fruticultura, é de baixa qualidade, significa que não tem impacto no PIB do País? As respostas à ambas as questões são enfaticamente negativas. O Brasil é conhecido mundialmente por sua pujante agricultura. Por exemplo, somente aqueles que desconhecem o que se produzia na Região dos Cerrados até os anos 70, e o que se produz hoje, podem ter uma visão tão equivocada. Além disso, se as pesquisas têm baixo valor, porque continuam sendo financiadas, especialmente pelo governo, através dos órgãos de fomento? Mais que isso: os alunos continuam recebendo bolsas de estudo para desenvolverem suas pesquisas, em sua esmagadora maioria, com recursos governamentais.

O que ocorre, então, é que nossas Revistas estão sendo avaliadas empregando-se critérios gerais usados nas demais áreas do conhecimento, o que por si só já é injusto, colocando as Ciências Agrárias em visível desvantagem. O resultado da classificação das Revistas deve refletir o julgamento do mérito, valorizando a qualidade científica e a excelência da pesquisa que está sendo divulgada. Transformar resultados de experimentação nesse campo do conhecimento num texto científico com impacto para as Revistas, nem sempre é tarefa simples.

Não considerar as peculiaridades e particularidades dos diferentes campos do conhecimento para determinar o fator de impacto das Revistas é um equívoco. Daí a necessidade da revisão dos critérios adotados e reflexão sobre o assunto,

ouvidas as Sociedades Científicas das várias áreas. Se isto não ocorrer estaremos, em breve, trilhando caminhos em que a Ciência praticada não criará riqueza nem tão pouco oferecerá soluções.

Em função da classificação Qualis-CAPES, a mensagem que o próprio governo propaga é de que as pesquisas realizadas e publicadas nas Revistas de Ciências Agrárias, inclusive na RBF, têm baixo impacto e, portanto, baixa qualidade. Desse modo, a leitura da iniciativa privada é que investir em P&D, nessa área, não traz retorno econômico, o que explica o baixo investimento das empresas privadas em pesquisa, contrariamente ao que ocorre nos países desenvolvidos, em que parte substancial dos recursos empregados em pesquisa advém da iniciativa privada.

A Sociedade Brasileira de Fruticultura completará em 2020 meio século de existência. A Revista Brasileira de Fruticultura, órgão oficial de divulgação da SBF, completou 40 anos em 2018. Ao longo desse período evoluiu, a fim de atender às demandas dos fruticultores, bem como às exigências da comunidade científica. Essa evolução significou, em última análise, a valorização dos autores e de suas pesquisas publicadas na RBF, além da melhoria das informações disponibilizadas aos fruticultores para produzirem melhor. A Comissão Editorial da RBF tem trabalhado com afinco, aumentando de quatro para seis o número de revistas por ano, nomeando Editores de Área para descentralizar/democratizar a avaliação dos artigos, reduzindo drasticamente o tempo de tramitação/publicação. O resultado foi que nosso Fator de Impacto subiu de 0.475 (na última edição do Qualis-CAPES) para 0.689, ou seja, elevamos o FI em quase 50% em menos de dois anos. Entretanto, isso não foi suficiente para alterar a classificação da RBF. Desde que o Qualis surgiu, o Fator de Impacto era o parâmetro balizador. Na avaliação divulgada há poucos dias, a CAPES introduziu outros dois: Scopus (CiteScore) e Google Scholar (índice h5), além do Web of Science (Fator de Impacto). Assim, não houve tempo para a RBF se adaptar a nova metodologia. O resultado foi que, apesar de atingirmos Fator de Impacto mais elevado do que várias outras revistas na área de Ciências Agrárias, nossa classificação permaneceu B1, pela introdução de outros indicadores bibliométricos.

É LAMENTAVEL.

William Natale